



A HIGIENIZAÇÃO DA FAMÍLIA E DA INFÂNCIA NA IMPRENSA DE UBERLÂNDIA DO ESTADO NOVO

Marcos Paulo de Sousa
sousamp04@hotmail.com
(UFU)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal reconstituir relações estabelecidas entre educação, infância e família, estabelecidas no discurso jornalístico na cidade mineira de Uberlândia, entre os anos de 1937 e 1945. Realiza-se uma pesquisa, no campo da história da educação, pela imprensa, a partir de três jornais locais, a saber, O Repórter, A Tribuna e Correio de Uberlândia. Nestes, articulistas locais e nacionais sublinharam os direcionamentos dados à família nacional e a necessidade de se ater sobre a formação da infância. A família deveria assumir seu papel na formação de para uma nova sociedade, assim, teria a obrigação de educar suas crianças, almejando formar ‘super homens’, cidadãos sãos e patriotas. Neste sentido, pode-se concluir que a imprensa local foi utilizada como mais um mecanismo estadonovista para intervir, direcionar e servir de mecanismo higiênico educativo sobre e para a família e infância brasileiras.

Palavras-chave: Estado Novo. Imprensa. Educação. Infância. Família.

Introdução

É preciso plasmar na cera virgem,
que é a alma da criança,
a alma da própria Pátria.
(Getúlio Vargas)¹

A pretensão inicial de se desenvolver este trabalho, que ora é apresentado, surgiu justamente como uma tentativa de lançar outros olhares sob as estratégias de controle social, algumas mais severas outras mais sutis, estabelecidas durante o Estado Novo, visando, dentre outros objetivos, perscrutar discussões presentes na sociedade brasileira no momento da efervescência dos acontecimentos.

Destarte, o tema deste artigo se circunscreve em torno da veiculação de preceitos educativos empreendidos pelos jornais da cidade de Uberlândia, MG, sobre a sociedade, em particular sobre a família e a infância, entre os anos de 1937-1945. A imprensa funcionou como mais um instrumento estadonovista de controle da sociedade brasileira, de formatação de seus membros. Assim, objetiva-se, neste texto, reconstituir relações estabelecidas pelos jornais

¹ VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas**: o amigo das crianças. Rio de Janeiro: DIP, 1940.





uberlandenses entre família, infância e educação. Priorizamos, assim, três jornais de grande expressão em Uberlândia, no período do Estado Novo, para se constituírem como fonte documental primária: *A Tribuna*, *O Repórter* e *Correio de Uberlândia*.

Por fim, importa salientar que se objetivou afunilar as reflexões acerca da tríade acima designada, a partir de inúmeras matérias publicadas pelos jornais uberlandenses selecionadas entre os anos de 1937 e 1945. Neste período, os jornais se esmeraram em disseminar, na sociedade de Uberlândia, a necessidade de incorporar os princípios do regime varguista em relação às práticas higienistas.

A partir das publicações, o leitor/cidadão seria induzido, ou melhor, educado sob o prisma da higiene, que vinculava a saúde da família à saúde do Estado. A higiene familiar, a partir da educação da infância, direcionava seus membros à participação ativa na construção de uma nação modernizada. Segundo os preceitos do Estado Novo, o amor à família, higienizada, se transfiguraria em amor ao Estado, que, como retribuição, se tornaria desenvolvido, justo com todos e, enfim, fraterno.

História da infância: recortes e breves considerações

Os estudos de Philippe Ariès sobre a *História social da criança e da família*, mesmo com todas as críticas recebidas, lançaram novos olhares sobre a idéia de infância como sendo processo de construção social e histórica do Ocidente. Ariès demonstrou como, no decorrer da história, a compreensão da infância foi construída na Europa concomitantemente às transformações ocorridas nas famílias e nas próprias concepções relativas à maternidade e à paternidade.

A conscientização acerca das singularidades da infância e das especificidades desta etapa da vida humana significaria a ruptura na sociedade ocidental, particularmente francesa, com as práticas costumeiras nas quais não se reservava um espaço específico para as crianças. Às crianças era permitido participar do mundo adulto, presenciando e vivenciando experiências que não seriam pertinentes à infância.

Importa salientar que a publicação das reflexões de Philippe Ariès acerca da infância fez eclodir uma série de trabalhos que refutaram suas principais teses. Segundo Moysés Kuhlmann e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Rogério Fernandes, Ariès teria se embasado em ‘fundamentos insuficientes e vulneráveis’ tendo em vista, por exemplo, que as particularidades de cada etapa da vida humana já eram conhecidas desde a Antiguidade e em diferentes civilizações.

Contrariamente às teses de Ariès, na Idade Média teve-se a percepção nítida da especificidade da infância. A criança era construída, em primeiro lugar pelo amor ou pela rejeição dos pais e aquele se manifesta no protagonismo da mãe durante o período da criação, acolhendo a criança, rejeitando-a ou, eventualmente, praticando o infanticídio (KUHLMANN JR.; FERNANDES, 2004, p. 17).

Kuhlmann e Fernandes, a partir de J. Gélis em artigo publicado em *História da vida privada*, sublinham ainda que não haveria a indiferença dos pais em relação à infância, pois a preocupação com a saúde das crianças era uma realidade do período medieval. Os autores reforçam a ideia, no entanto, de que na Idade Média teriam ocorrido várias transformações que demonstrariam profundas orientações na forma de se perceber as singularidades infantis. Daí surgiria o ‘sentimento moderno de infância’, concomitantemente ao processo de fortalecimento da família nuclear.

Além dos autores citados, Kuhlmann e Fernandes, inúmeros outros pesquisadores têm se dedicado a perscrutar a história da infância, em particular de nosso país. Com este intuito, um dos trabalhos mais clássicos foi a obra organizada por Mary Del Priore, *História das Crianças no Brasil*. Nesta coletânea, a história da criança foi investigada sob diferentes perspectivas e em momentos históricos diversos, desde o período colonial até o trabalho infantil nos canaviais de Pernambuco.

Del Priore em seu artigo intitulado *O Cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império*, nos chama atenção para os cuidados que eram dedicados às crianças. Particularmente, Del Priore ressalta o ‘relacionamento afetivo entre pais e filhos’, especialmente o amor materno.

O amor materno, por seu turno, deixou marcas indeléveis nos testamentos de época. Não havia mãe que ao morrer não implorasse às irmãs, comadres e avós, que ‘olhassem’ para seus filhinhos, dando-lhes ‘estado’, ensinando-lhes ‘a ler, escrever e contar’ ou ‘a coser e lavar’ (DEL PRIORE, 2007, p. 96).

Interessante observar que ao mestre caberia inclusive zelar pelo cotidiano cristão de seus alunos, controlando as confissões mensais e suas participações juntos às cerimônias da Igreja. Entre os séculos XVI e XVII, a criança começaria a receber cuidados especiais, pedagógicos e psicológicos, o que de certa forma demonstraria certa preocupação com sua formação.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Neste sentido, já no século XIX, pode-se observar a publicação de várias obras de cunho moralista que permeariam a formação da infância da época. Nestas obras, as crianças da elite imperial seriam conduzidas a conhecer os seus deveres, a partir de princípios morais. Em artigo intitulado *A vida das crianças de elite durante o Império*, Ana Maria Mauad destaca algumas destas produções:

Modelos para os meninos ou rasgos de humanidade, piedade filial e de amor fraterno. Obra divertida e moral, publicado em Recife em 1869 e vendido na corte, e *As manhãs da avó: leitura para a infância. Dedicada às mães de família*, de autoria de Victoria Colonna, publicado pela Garnier em 1877 (MAUAD, 2007, p. 148).

Tendo como uma de suas fontes de pesquisa as teses defendidas pelos candidatos a doutor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre os anos de 1850 e 1890, José Gonçalves Gondra, em sua obra *Artes de Civilizar*, nos possibilita um panorama acerca das vinculações estabelecidas entre infância, educação e princípios higienistas, a partir do que ele (o autor) denomina “trindade pedagógica”.

Na ordem médico-higiênica, era tempo de integrar as dimensões humanas que, tradicionalmente, até o século XIX, na Corte Imperial e no Brasil, vinham sendo concebidas e tratadas isoladamente. Era tempo de uma nova religiosamente, ancorada no saber-poder da ciência. Era tempo de instituir uma nova representação dos colégios, das políticas públicas voltadas para a educação e, também, de novas práticas escolares. Era, enfim, chegado o tempo da trindade pedagógica e da utopia de intervir na formação de um homem novo (GONDRA, 2002, p. 123).

Nos discursos médicos, as intervenções higiênicas deveriam submeter a infância a uma formação que não se limitasse apenas à dimensão intelectual. Segundo Gondra, os discursos médicos defendiam uma formação que ainda englobasse as dimensões moral e física. O ‘homem novo’, sob a ótica médica, estava inexoravelmente atrelado à formação integral e higienizada da infância. Ao analisar a tese de Dr. Mafrá, mesmo este enfatizando a educação física, Gondra sulinha que, segundo o médico, a educação ‘higienizadora’ seria a responsável pela solução dos ‘males das nações’.

No desenvolvimento de seu discurso sobre a educação física, os vínculos entre o físico, o intelectual e o moral aparecem de forma irrefutável, demonstrando aí também, onde se pretendia um discurso mais especializado, a forte presença da





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

trindade pedagógica, isto é, o sonho e desafio de intervir na formação do homem com vistas a constituí-lo integral e higienicamente (GONDRA, 2004, p. 237).

A preocupação com infância e, conseqüentemente, com a formação de um novo indivíduo higienizado não se restringiu ao Império e adentrou o século XX com toda força em relação a sua formação e seu destino. Discursos de médicos e de higienistas convergiam e apontavam em inúmeras ocasiões para a educação como partícipe indispensável no contexto das transformações necessárias para a modernização do país. Neste sentido, Marta Maria Chagas de Carvalho afirma que:

No campo da saúde, firma-se nos anos 20, a convicção de que medidas de política sanitária seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção, nos sujeitos sociais, de hábitos higiênicos, por meio da educação. No movimento educacional da mesma década, a saúde é um dos pilares da grande campanha de regeneração nacional pela educação (CARVALHO, 1997, p. 283).

Tendo em vista que a educação era visualizada como possibilidade de solução para as mazelas sociais, a infância continuava como foco de discursos de vários setores da sociedade. Inúmeros intelectuais foram atraídos para a temática, dentre eles o educador Júlio Pires Porto-Carrero, médico-psiquiatra, cujos discursos foram pesquisados por Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi em artigo intitulado *Cera a modelar ou riqueza a preservar: a infância nos debates educacionais brasileiros (anos 1920-30)*.

Em suas reflexões, Magaldi salienta a importância que Porto-Carrero creditava ao envolvimento das famílias nos processos de condução e educação de seus filhos. Em suas falas, o médico-psiquiatra enfatizava a necessidade da intervenção médica sobre a ‘alma infantil’ que, em muitas ocasiões, inclusive, foi qualificada como alma em branco. Deste modo, Porto-Carrero, segundo a autora, divulgou em seus inúmeros textos, cursos e palestras, a imagem da infância como uma cera a modelar ou, ainda, como uma massa informe, algo que posteriormente seria defendido por Getúlio Vargas, como visualizado na epígrafe da introdução deste texto.

A intervenção de natureza educativa sobre a criança deveria ser conduzida num primeiro momento pela família, já que o espaço doméstico se constituía no primeiro ambiente em que se processava sua vida, cabendo aos médicos e educadores fornecer às famílias a instrumentalização necessária para que conduzissem a contento sua tarefa (MAGALDI, 2002, p. 67).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Se os médicos e educadores tinham essa percepção acerca da responsabilidade da família em relação à infância, a família não deveria se furtar desta incumbência, pois as negligências poderiam incidir diretamente sobre os índices de criminalidade, prática de ‘vadiagem’ ou de ‘gatunagem’, conforme ressaltado em artigo de Marco Antônio Cabral dos Santos, que, segundo ele:

A infância, sempre vista como a “semente do futuro”, era alvo de sérias preocupações. Os criminalistas, diante dos elevados índices de delinquência, buscavam por vezes na infância a origem do problema: “uma das causas do aumento espantoso da criminalidade nos grandes centros urbanos é a corrupção da infância que, balda de educação e dos cuidados por parte da família e da sociedade, é recrutada para as fileiras do exército do mal” (SANTOS, 2007, p. 215).

No Governo Vargas, particularmente durante o Estado Novo, a governamentalidade, buscando dar continuidade às ações de saneamento da sociedade, procurou estabelecer políticas eficazes de proteção à infância, ao colocá-la como prioridade do Estado. Por meio de uma legislação específica e do atrelamento com o saber médico, o Estado varguista pretendia formar o cidadão do futuro, a partir da educação da infância. Destarte, Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos destacam que:

Considerava-se que o avanço da idade da criança era inversamente proporcional às possibilidades de moldar seu corpo, seu espírito, sua moral. Assim, era preciso iniciar sua educação desde a mais tenra idade, de modo a corrigir-lhe os possíveis desvios antes que fosse tarde para isso (STEPHANOU; BASTOS, 2007, p. 279).

As intervenções estadonovistas incidiriam sobre toda a sociedade e a família e, especialmente, sobre a infância. Para Stephanou e Bastos, “a fórmula para a *salvação* e o progresso do País incluía saúde e educação como elementos de redenção da Pátria. Assim, o objetivo era criar e cultivar novos hábitos de higiene e preservação da saúde da criança brasileira [...]” (STEPHANOU; BASTOS, 2007, p. 298). A partir do estudo da obra de Érico Veríssimo, as autoras reforçam a ideia altamente disseminada na época por vários intelectuais de formar um ‘novo cidadão’, comprometido com a família, com a sociedade e, eminentemente, com a Pátria.





Relações entre educação, infância, família e higiene na perspectiva da imprensa uberlandense

As orientações educacionais de formação do ‘novo indivíduo’ se alicerçavam sobre uma concepção de educação estreitamente alinhada ao doutrinário varguista. A educação deveria ser responsável, desta forma, pela constituição de uma ‘nova sociedade’ na qual os cidadãos seriam úteis, saudáveis. A educação, conforme apresentada no trecho acima, deveria eliminar qualquer causa de enfermidade social, provendo o indivíduo de meios que suprissem suas necessidades vitais, em relação a um Estado saudável. Desta maneira, contribuiria preventivamente contra as revoltas sociais que poderiam abalar a ordem sócio-política estabelecida.

O Estado tinha uma linha doutrinária clara e o seu direcionamento deveria ser seguido para que os problemas sociais fossem solucionados ou, ao menos, minimizados. Cuidando para que as diretrizes governamentais fossem incorporadas por todos, visando combater os distúrbios psíquicos, Luiz Carlos da Silveira, redator chefe do jornal *A Tribuna*, apresentou suas razões para que o indivíduo participasse dos processos educativos ofertados pelo Estado. Uma educação que atendesse as suas necessidades e as de sua família, munindo o indivíduo de meios que pudessem corroborar os princípios do Estado varguista. Desta forma, o indivíduo e a família, como um todo, estariam mais suscetíveis ao patriotismo, à religião etc., alinhados aos princípios do Estado.

Para que se atingisse o objetivo apontado por Silveira, o de tornar as pessoas mais sensíveis às impressões do Estado, a educação infantil emergia como o caminho mais adequado a ser percorrido pelos líderes nacionais e como principal foco de atenção no processo de constituição de uma ‘nova Nação’. Destarte, em 22 de agosto de 1940, Marina Tricanco afirmou que “a educação infantil tem, ultimamente, mais do que outrora, preocupado os povos civilizados, uma vez que dela depende, em grande parte, a formação do caráter humano”².

A articulista, em sua matéria, abalizou suas colocações citando inclusive Freud em suas conclusões sobre os primeiros anos da vida humana, quando se daria o início do processo de construção de sua personalidade. A partir desta compreensão, segundo Tricanco, poderia se evitar uma série de desajustamentos psicossociais, procurando-se estabelecer um “perfeito ajustamento

² TRICANCO, M. A Importância da Educação Infantil. *A Tribuna*, Uberlândia, 22 ago. 1940, ano XXII, n. 1425, p.3.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

da personalidade humana, visto que o pequeno ser é um registrador de impressões básicas com os músculos de caráter da vida adulta”³.

Aos poucos a criança passava a ocupar o cerne das preocupações do Estado varguista que apontava, segundo a legislação editada no período, para a necessidade de se legislar sobre ela e, essencialmente, de se acautelar com sua formação. Desta forma, o conjunto doutrinário estadonovista teria as bases necessárias para sua devida efetivação e alastramento junto à sociedade.

A criança é um ser delicado e moldável, dependendo o seu futuro do controle educacional sobre as suas heranças [...] Só a educação compete influir, e decisivamente, no futuro desse ser, controlando sabiamente as heranças, com o aproveitamento maior possível das boas, e procurando orientar satisfatoriamente as más, pois se assim não fosse, muita índole perversa se expandiria, pondo a prova uma possível e malfadada tendência hereditária, ensolarada de terríveis e funestas consequências⁴.

As políticas governamentais estadonovistas buscavam proporcionar práticas intervencionistas que procurassem transmitir os valores essenciais para o indivíduo que se pretendia formar. Esta formação teria suas ações deflagradas justamente a partir da educação da infância nacional. Assim, conforme enfatizado na citação acima, a criança se encaixaria nos mecanismos estatais, pois era apresentada e caracterizada como algo manipulável, o que facilitaria e contribuiria sobremaneira com os projetos de formação de uma ‘nova sociedade’. Neste percurso, a criança era concebida como o caminho mais curto para se chegar até a sociedade como um todo.

As influências ‘hereditárias’ e ‘perniciosas’ deveriam ser cuidadosamente minadas pela educação. Desta forma, apenas as características benéficas para a formação moral do novo cidadão deveriam ter lugar e prevalecer. A educação, portanto, assumiria papel de extremo destaque neste processo, pois, qualificada a partir de seu enorme poder de influência, se configuraria como responsável pelas transformações necessárias para a sociedade propugnada pelo Estado Novo.

³ Ibid.

⁴ Ibid.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Não se perderiam, pois, na mediocridade, e nem seriam seres improdutivos, uma porção de criaturas capazes de cooperar ao bem comum, também não se desviariam ao caminho do mal aqueles que tivessem má índole, porque seriam encaminhados a princípios sadios que teriam, sobre si, grande benéfica influência. Portanto, cabe aos educadores, pais e mestres a responsabilidade nobre e trabalhosa, de fazer das crianças homens de amanhã caracteres ímpolutos [...]”⁵.

Por meio da educação, as crianças seriam cuidadosamente moldadas, eliminando todos os caracteres que pudessem desviá-las dos objetivos socialmente traçados, quer seja, tornarem-se cidadãos inseridos no mundo do trabalho e preocupados com o bem comum. A formação dos homens de amanhã não poderia passar incólume diante dos objetivos formativo-doutrinários do Estado.

Procurava-se adequar a sociedade aos novos direcionamentos governamentais, e as crianças eram apresentadas enquanto seres delicados aptos a colaborar com a construção de um novo Estado. Por meio delas, os indivíduos, modelados a partir dos sadios princípios estadonovistas, ganhariam as configurações idealizadas pelo Estado e úteis à sua manutenção. Cidadãos cuidadosamente preparados pelos educadores e também pela família que, por sua vez, seriam orientados pela imprensa que se esmerava em disseminar, por meio dos constantes discursos editados, as linhas mestras estadonovistas. Neste sentido, em matéria publicada pelo jornal *A Tribuna*, em 18 de janeiro de 1942, Angelo Patri afirmou que:

Nunca se deve deixar em liberdade os dons que são intrínsecos na criança, mas, pelo contrário, deve-se procurar fortalece-los através de experiências pessoais, traçadas e orientadas por professores capazes de compreender o que estão fazendo⁶.

A criança, desta forma, era vislumbrada como um ‘ser’ apto a ganhar formas diversas. Ela estaria suscetível a incorporar o que fosse de necessidade social e, mais do que isso, fazer parte da engrenagem aos poucos montada pela governamentalidade varguista. Os pais e professores deveriam cuidar com zelo para que os dons infantis fossem habilmente trabalhados, não os deixando sem os devidos direcionamentos e orientações, efetivados na escola e em casa, pela família.

⁵ TRICANCO, M. A Importância da Educação Infantil. *A Tribuna*, Uberlândia, 22 ago. 1940, ano XXII, n. 1425, p.3.

⁶ PATRI, A. Criança: a função do professor na formação mental da criança. *A Tribuna*, Uberlândia, 11 jan. 1942, ano XXIII, n. 1558, p. 3.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A família brasileira, mais uma vez, era convocada a participar de forma ativa das políticas governamentais de controle e direcionamentos sociais. Ela, no texto acima, era emocionalmente intimada a zelar e amar a pátria brasileira. E de que forma essa tarefa seria concretizada? Por meio de sua sagrada atenção dispensada à educação de seus filhos. A criança seria o alvo das ações higiêncioeducativas do Estado, todavia, a família, em especial a mãe, deveria compartilhar esta tarefa.

Os textos publicados procuravam esclarecer que a exortação à efetiva participação dos pais na educação de seus filhos, não deveria significar o sucumbimento diante das vontades de seus filhos, pelo contrário. A permanente vigilância em relação aos valores repassados à infância é que demonstraria o amor entre os membros da família nacional, e, sobretudo, estadonovista. O que se procurava era justamente conduzir a formação da criança a partir de um ideário planejado, estruturado e direcionado para a inculcação de princípios/valores relativos à nação, à pátria, à brasilidade e, como veremos adiante, às práticas higienistas como meio para se atingir tais objetivos.

É preciso considerar que o amor aos filhos não consiste em fazer-lhes todas as vontades, mas em acostumá-los, desde o berço, a obedecer. A mãe verdadeiramente prudente, presta o filho o maior benefício possível, não deixando passar uma falta, um erro cometido, sem avisá-lo, mostrar-lhe caridosamente a inconveniência do seu proceder [...] Por cerrada que seja a escuridão vai sempre [o filho] guiado pela brilhante luz que lhe acendeu sua boa mãe⁷.

A obediência estaria atrelada diretamente ao amor e ao zelo maternal, o zelo dedicado ao filho era o zelo dedicado à construção de uma ‘nova sociedade’. Por outro lado, esse amor também seria demonstrado quando as mães corrigissem eventuais falhas de comportamento de seus filhos. Desta forma, o amor maternal seria visualizado mediante a prudência em ajustar, como enfatizado anteriormente neste tópico, os desvios de atitude dos filhos.

Pode-se, assim, depreender deste chamamento um tipo de controle para a introjeção das normas de funcionamento do Estado. Por meio da publicação de matérias, como a citada acima, procurava-se consubstanciar a adesão ao regime estadonovista. Ao mesmo tempo, em que se

⁷ ALENCAR, J. O segredo da educação. **A Tribuna**, Uberlândia, 18 jun. 1842, ano XXIII, n. 1595, p. 4.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

apelava para os sagrados sentimentos maternos, o patriotismo, e consequentemente, a família e a pátria também eram enaltecidos.

As vinculações entre família e Estado eram frequentes e, de certa forma, demonstravam a importância daquela para a consolidação dos planos governamentais em relação ao país. A atenção dispensada à família traduziria a preocupação do Estado em relação às novas configurações da pátria brasileira. O Estado, deste modo, deixava clara a necessidade de adesão e, mais do que isso, de assimilação da família aos discursos higiênicoeducativos estadonovistas. Destarte, a família empenhada em educar um ‘bom filho’ demonstraria a sua íntima relação com o projeto de formar um ‘bom patriota’.

Sem o patriotismo dos cidadãos as Patrias deixam de existir, dissolvem-se, desaparecem. Mas, o patriotismo é mais do que um sentimento natural, espontâneo, irreprimível. O patriotismo demonstra-se em atos mais do que em palavras, em iniciativas mais do que em atitudes, em ação mais do que em contemplação. Só o desnaturado ou o anormal é que desejaria um mau destino para a sua família. E quando aparece um ser humano com esses sentimentos pervertidos, a lei pune-o, os homens desprezam-no. O que a família é para o indivíduo a Pátria é para a comunidade. A Pátria é a família das famílias em que um laço de fraternidade deve unir todos os cidadãos e em que um sentimento comum deve animar a vontade de todos e de cada um pelo bem estar coletivo. É por isso que quando a Pátria sofre, todos sofrem; quando a Pátria progride, todos progridem⁸.

Neste contexto, as vinculações mais eivadas de significações foram colocadas à prova. Apelava-se para os sentimentos naturais em direção direta à manutenção de uma pátria. O patriotismo era explorado como um sentimento essencial e, sobretudo, imprescindível à existência de uma determinada ordem e realidade estabelecidas. Realidade essa que deveria ser baseada na família e, como consequência, nos alicerces da Pátria.

Se antes as mães eram chamadas para corrigirem possíveis desvios de comportamentos de seus filhos, no texto citado, os indivíduos classificados como desnaturados ou anormais, por não nutrirem o “natural sentimento do patriotismo”, seriam punidos pela lei ou desprezados pelos homens. Nos dois casos, filhos ou indivíduos desviados e/ou desgarrados, o controle familiar e o

⁸ Pátria e Patriotismo. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 27 set. 1940, ano III, n. 545, p.3.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

controle social deveriam direcioná-los para o ajustamento a um projeto de nação calcado no patriotismo.

Sob esta perspectiva, o entrelaçamento das temáticas família e Pátria se consolidaria sobre fortes alicerces ideológico-discursivos. A Pátria deveria ser tomada como uma extensão da família e esta, por sua vez, seria um dos principais alicerces daquela. A relação seria de uma simbiose, em que, a partir dos discursos publicados nos jornais uberlandenses, tanto a família como a Pátria sairiam com seus ganhos, pois teriam seus filhos educados e patriotas.

A Pátria era vislumbrada como a mãe de todas as famílias nacionais, a família das famílias; o conjunto das famílias plenamente ‘ajustadas’ comporia a própria Pátria. Assim como nas famílias onde seus membros seriam ligados por laços consanguíneos, a *pátria-família* reuniria seus membros, os cidadãos, também a partir de laços comuns, sentimentos de nacionalismo, que tinham como alvo o bem estar coletivo, a formação de uma nação, de um Estado novo. Desta forma, conforme citação, o progresso da Pátria significaria o progresso de todos os seus membros. Na mesma proporção, o seu sofrimento apontaria para o sofrimento das famílias.

O primeiro dever do cidadão é servir a sua Pátria. Porque ha de servi-la sendo bom e justo, trabalhador e honrado, diligente e generoso [...] Todos devem ser patriotas e todos podem sê-lo. O que trabalha e produz, o que respeita e obedece, o que ordena e é justo, o que manda e não se excede, todos eles cumprem o seu dever de patriotas. O patriotismo recompensa mais do que pede. As pequenas renuncias, os pequenos sacrifícios de cada um avultam na segurança coletiva, no bem estar geral, na prosperidade comum, na grandeza de uma nação. Aquele que cumpre exemplarmente os seus deveres de homem e de cidadão é patriota, como também o é aquele que sabe defender os seus direitos legítimos e as suas prerrogativas sagradas a fim de que não prevalesçam a iniquidade e a intolerância⁹.

Os benefícios em ser patriota, segundo o texto, compensariam todas as privações e obrigações a que estaria submetido. Assim, os valores cunhados pela família acabariam sendo valorizados no embasamento patriótico da nação. A obediência, a honradez, a bondade, dentre outras virtudes, eram valores que deviam ser nutridos, prezados e observados por todos os cidadãos, visando à prosperidade comum e à grandeza de uma nação.

⁹ Pátria e Patriotismo. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 27 set. 1940, ano III, n. 545, p.3.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No destaque aos valores e às práticas essenciais ao regime estadonovista, à família caberia uma das mais importantes missões: a de educar a infância nacional. Mais do que isso, à família caberia formar a criança, qualificada como moldável, de acordo com as configurações inúmeras vezes pedagogicamente repassadas pelas diversas matérias publicadas nos jornais uberlandenses.

Orozimbo Arantes, em matéria publicada em 19 de novembro de 1942, asseverava que “na mais ampla acepção do termo, a educação constitui o homem útil à pátria e a si mesmo”¹⁰. A partir de concepções como esta, a família era induzida a participar deste processo constitutivo de um homem novo¹¹, da formação de uma mentalidade nova¹².

Ao mesmo tempo em que a família era chamada para dar sua contribuição à formação de novos homens e novas mentalidades, a partir da educação de sua infância, esta por sua vez se constituiria enquanto uma das principais prioridades do regime estadonovista. Todavia, nos discursos publicados, procurava-se também deixar transparecer que a participação da família brasileira não se faria de forma autoritária, abusando-se do *pátrio poder*, sem levar em consideração as particularidades da infância.

Porque é de fato absurdo que a criança seja uma propriedade paterna absolutamente á mercê do proprietário. E ninguém ignora que os sentimentos embotados e a ignorância de muitos pais considera os filhos <propriedade inútil e pouco rendosa>, menos digna de cuidados que o gado, a horta, as ferramentas do trabalho. Não existe um pátrio poder absoluto, se não como uma forma odiosa de proteção á propriedade. Existe e deve existir, o pátrio dever. O dever de preparar a criança para a vida, física, moral e intelectualmente. O dever de dar ás crianças uma infância sadia, alegre, claríssima, como se dá ás plantas pequeninas, agua, sol e sombra. Dever cuja observância o Estado tem o direito de controlar, intervindo sempre que os pais se mostrarem indignos de sua nobre missão social¹³.

A infância deveria ser zelada, moldada, ‘cultivada’, enfim, educada. Entretanto, esta preparação para a vida não poderia se dar de forma violenta, autoritária. Às crianças deveria ser propiciada fase de alegria em que sua formação intelectual, moral e cívica fossem garantidas sem atropelos. Todavia, caso isso não ocorresse, o Estado não poderia ser omissor diante de tal

¹⁰ ARANTES, O. O surto da educação. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 19 nov. 1942, ano V, n. 1046, p. 2.

¹¹ BITENCOURT, J. O homem novo e a unidade nacional. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 abr. 1942, ano V, n. 908, p. 4.

¹² BITENCOURT, J. A formação de uma mentalidade nova. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 18 maio 1942, ano V, n. 914, p. 1 e 4.

¹³ O pátrio dever. **O Reporter**, Uberlândia, 10 mar. 1943, ano X, n. 564, p. 4.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

situação. A criança não era vista como propriedade de seus pais e muito menos do Estado, mas este teria o direito de controlar, e mais do que isso, de intervir sempre que o dever dos pais, de cuidar das crianças, não fosse cumprido. Desta forma, a criança era vista como um elo de constituição de um novo Estado, que deveria ser construído pelos seus pais. Procurava-se, assim, garantir, em vários aspectos, a educação infantil.

Com a execução, não apenas as mães sentirão as delícias da infância, porque o problema de sua educação sairá dos domínios do empirismo para ser um problema de sciencia. Os erros de educação desde a educação hygienica até os de educação moral, que frequentemente as criam ao sabor das conveniências do momento ou ao influxo de um certo numero de preconceitos e credences que se acham enraizadas na mentalidade do povo, constituíam-se em fontes de grande nocividade para as creanças¹⁴.

A educação infantil seria dever da família, mas, no entanto, os conhecimentos envolvidos no processo não fluiriam apenas das experiências cotidianas, das experiências maternas. A ciência, ou melhor, os discursos ditos científicos e, mais do que isso, governamentais e incorporados pela imprensa, se encarregariam desta tarefa visando formar, higiênico-moralmente, as crianças da e para a Pátria.

Com alguma verdade já se disse que a mente de uma creança é como um “bôlo de barro” trabalhado por um artista. Se este é bom pode fazer obras perfeitas e belas; se é incapaz, não fará mais do que vasos deformados, sem expressão artística. [...] É preciso que levemos em conta que criar não é educar. Os animais criam seus filhos; nós temos uma cousa mais a fazer aos nossos – educa-los. Certo moço foi levado ao cadafalso para ser enforcado. Na hora de subir ao patibulo, virou-se para as autoridades, acusadores e soldados e disse-lhes: - “Eu vos perdô”. Virando-se, porém, para os pais, disse-lhes: - “Eu não vos perdô”. Aqueles pais eram os unicos culpados da sua desventura. Todos os pais estão sujeitos a este grande perigo. Nossos filhos podem ser maus esposos, se o formos; deshonestos, se o formos; bons, se o formos; justos, se o formos. Certo escritor se dirigiu ás mães e lhes dizia – “Não vos queixeis de vossos filhos, queixae-vos de vós mesmas, mães”¹⁵.

Mesmo divulgando um pretenso saber científico, necessário à formação da criança, os discursos publicados também apelavam para o tom emocional. Utilizando-se de parábolas, quase religiosas, procurava-se sensibilizar os pais, especialmente as mães, para a causa governamental

¹⁴ ALBUQUERQUE, J. Em defesa das novas gerações. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 24 mar. 1940, ano VII, n. 306, p. 2.

¹⁵ ARAÚJO, P. F. A mente da creança. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 13 dez. 1940, ano III, n. 602, p. 1.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de formar o homem do futuro. Caso fossem omissos em seu dever, seus filhos poderiam se voltar contra eles devido à má educação recebida, diante de suas negligências educacionais.

A família e, sobretudo, as mães eram chamadas à responsabilidade do futuro de seus filhos e, conseqüentemente, da Pátria. Em um tom comovente, os discursos editados periodicamente nos jornais uberlandenses se esmeravam em ‘conscientizá-las’ disto. A educação da infância estaria em suas mãos. As mães estariam encarregadas da formação dos novos cidadãos da ‘nação’, cuidando do bolo de barro, que era a mente da criança moldável.

O bolo de barro fora colocado excepcionalmente sob a responsabilidade das mães, para que fosse manipulado conforme o desejo do Estado varguista. A plástica dependeria exclusivamente do artista, ou melhor, da ‘família-artista’, que o moldaria a partir do arcabouço doutrinário divulgado cotidianamente nos periódicos uberlandenses. O Estado divulgava suas concepções de filho e de família, e, conseqüentemente, de cidadão e de nação. Os jornais divulgavam suas interpretações se esmerando em não atentar contra os direcionamentos governamentais. À família caberia dar forma, plasmar, educar e, não apenas criar, suas crianças, os futuros cidadãos da nação brasileira.

A partir da moldagem da criança objetivava-se, a médio prazo, a constituição de um novo cidadão. Cidadão consciente de sua participação na obra máxima arquitetada pelo regime Vargas, cujo ponto mais elevado seria a observância de todas as diretrizes do governo. Neste processo, os textos publicados traziam também discursos orientados para a glorificação dos grandes heróis, dos grandes marcos fundadores da pátria brasileira.

Forma-se um nova mentalidade no exemplo dos grandes feitos que enobrecem as páginas de nossa história. Nada mais belo do que a evocação do nosso passado, santuário de heróis gloriosos que dignificam gerações e mais gerações. O culto aos varões da Pátria, aos prohomens, aos que se fizeram dignos de nosso maior respeito, é uma virtude nacional. É um belo predicado moral que se alia aos dotes de profundo patriotismo de um povo. O caminho que se tem a seguir é um unico só. Cultuar os nossos heróis, honrar as nossas tradições, trabalhar pela grandeza da Pátria¹⁶.

¹⁶ BITENCOURT, J. A formação de uma mentalidade nova. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 18 maio 1942, ano V, n. 914, p. 1.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A educação da infância e, conseqüentemente, do novo cidadão passaria obrigatoriamente pela inculcação dos princípios estadonovistas. O patriotismo se constituía enquanto conteúdo essencial que deveria ser e era sistematicamente incentivado pelos discursos jornalísticos. E os ‘heróis’ nacionais deveriam servir de modelos e serem seguidos pelos que se esmeravam em formar e os que comporiam uma nova mentalidade. Os prohomens, localizados no passado da Pátria, deveriam ser cultuados como santos em seus santuários, a servirem de exemplos para as gerações.

Desta forma, as tradições nacionais foram evocadas e deveriam contribuir com a formação dos novos cidadãos. O passado e suas personagens históricas serviriam de marcos balizadores para aqueles que se encontravam em processo de formação. Os varões da Pátria, os homens que teriam contribuído para a construção da nacionalidade brasileira, eram colocados em um lugar onde pudessem ser cultuados e, positivamente, influenciar os futuros cidadãos da nação brasileira.

Ao mesmo tempo também, procurava-se dissuadir o cidadão de tudo aquilo que o afastasse dos planos governamentais. Enquanto as personalidade históricas, os ‘heróis’ deveriam ser idolatrados em seus santuários de virtude, os artistas e cantores não deveriam ser motivo para tirar o foco dos pais em relação à educação de seus filhos e, conseqüentemente, da moldagem dos novos cidadãos do país.

Os homens que fundaram a nossa nacionalidade, que pelejaram pela nossa independência, que desbravaram os nossos sertões, que batalharam pelas nossas liberdades, que acenderam os nossos ideais de grandeza, que garantiram o nosso trabalho construtor e pacífico, são esquecidos por amor aos artistas da tela, aos cantores do rádio, aos guerreiros da época, que surgem, quais novos Atlas, tudo arrazando, fazendo da força o supremo argumento¹⁷.

A Pátria e o sentimento que a nutria, o patriotismo, eram constantemente revisitados a partir do ideário estadonovista. E, nos discursos publicados, o zelo pela higiene e, conseqüentemente, pela saúde seriam sinais evidentes de amor à própria saúde e à saúde da nação. Neste sentido, inúmeros textos foram publicados exaltando a necessidade da adoção de práticas e atitudes consideradas higiênicas.

¹⁷ JOSSELLI, M. Educação e Brasilidade. **A Tribuna**, Uberlândia, 18 jan. 1942, ano XXIII, n. 1558, p. 3.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Segundo José Bitencourt, em texto publicado pelo jornal *O Reporter* em 25 de abril de 1943, “o homem novo admite, sem exagero da forma, a força de uma ordem soberana que seja o imperativo nacional do seu povo”¹⁸. Assim, este processo educativo tinha a pretensão de formar o novo indivíduo para uma ‘nova nação’.

Ensinar a todos, os meios de *alcançar, conservar e defender* a própria saúde é uma obra de patriotismo, de humanidade, de interesse social, porque redundará em aumento de trabalho, aumento de produção, aumento de riqueza individual e coletiva, aumento de alegria e de felicidade. Deve por isso, constituir um imperativo categórico para as novas nações que, como o Brasil, estão fadadas a realizar grandes destinos¹⁹.

A função educativa dos periódicos pulsava concepções, direcionamentos, valores visando nutrir os formadores dos cidadãos estadonovistas. As incumbências dos textos publicados eram eivadas de significações. O controle da saúde das pessoas, de interesse social, apontaria como uma de suas consequências evidentes o domínio governamental sobre inúmeros aspectos concernentes à vida como, por exemplo, aqueles que acarretariam no aumento de alegria e de felicidade.

Para se atingir este objetivo, que pode ser considerado geral, salientou-se em inúmeros momentos que as crianças se constituiriam peça-chave neste processo educativo. A criança deveria merecer as atenções mais qualificadas e imbuídas do mesmo espírito higiênico-nacionalista formatador de uma nova nação.

Assim, pode-se perceber que o contexto político e sócioeducativo era aos poucos configurado. Novos elementos formativos eram constantemente inseridos, renovados e manipulados pelos órgãos governamentais de propaganda e controle da imprensa que, incorporando-os concomitantemente a este processo, os divulgavam em suas matérias.

Uma ‘nova nação’ estava aos poucos sendo formatada e formada, ao mesmo tempo ocorreria a formação de seus ‘novos’ membros. Membros que também, lenta e vigorosamente, seriam educados por meio da intervenção direta da família. Ao Estado interessava formar homens fortes por meio da educação que estava sob a responsabilidade da família que, por sua vez,

¹⁸ BITENCOURT, J. O homem novo e a unidade nacional. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 25 abr. 1942, ano V, n. 908, p. 4.

¹⁹ GASPARINI, S. Defender a saúde ... dever do Estado. *O Reporter*, Uberlândia, 10 fev. 1943, ano X, n. 556, p. 1.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

deveria orientar a infância de acordo com as diretrizes constantemente publicadas pelo governo Vargas.

Somente naqueles que são fortes é que pode a Patria confiar, porque não temerá que os achaques físicos possam lhe embargar a atividade, nem os estados de apathia intelectual e tibieza moral possam faze-lo esquecer os compromissos solenes assumidos na véspera. Si as patrias só podem confiar nos fortes e si os fortes constituem minoria, é dever primacial de todas as nações, volver as suas vistas para os fracos ou para as causas determinadas da fraqueza do povo, para garantir no amanhã da nacionalidade a fortaleza da Patria²⁰.

O Estado chamava a família ao seu pátrio dever diante da educação do futuro da nação, a infância nacional. A preocupação estatal em relação à infância e, conseqüentemente, com a formação ideológica do cidadão, era bastante ampla. Como demonstrado em outros momentos, esta preocupação se configuraria como fundamento para as intervenções estatais junto à família, e conseqüentemente à população, nas inúmeras esferas que comporiam esse núcleo social.

Quem fala em nacionalidade, fala com uma de suas partes integrantes, em povo e quem fala em povo, fala implicitamente no elemento fundamental de sua constituição que é o indivíduo. Si assim é, não pode haver uma nacionalidade forte, sem um povo forte e um povo forte sem indivíduos fortes. Synthetizando se pode afirmar que uma nacionalidade para ser forte, é preciso que cada um dos indivíduos a compõe também o sejam²¹.

O controle governamental visava atingir a tudo e a todos e não a setores sociais específicos ou a corpos individualizados. Assim, focalizavam-se as crianças, mas pretendia-se atingir a todos os membros do núcleo familiar; focalizava-se a família, mas a sociedade como um todo seria o alvo principal.

É a noção de população. A biopolítica lida com a “população”, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema do poder [...] (FOUCAULT, 2005, p.291).

Desta forma, percebe-se que a problemática educação-infância-família não se restringia apenas a questões vinculadas à ‘formação política’ dos cidadãos da ‘nova nação’. As intervenções estatais procuravam potencializar seus processos formativos por meio da publicação de inúmeros

²⁰ ALBUQUERQUE, J. A educação sexual e a fortaleza da raça. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 29 nov. 1940, ano III, n. 588, p. 2.

²¹ ALBUQUERQUE, J. A educação sexual e o Estado Novo. **A Tribuna**, Uberlândia, 16 mar. 1939, ano XX, n. 1189, p. 4.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

discursos que procuravam vincular a formação dos ‘novos cidadãos’, dentre outras temáticas, à higiene e à educação sexual, que, de certa forma, vincularia o ‘biológico’ ao poder e às demais esferas sociais.

As temáticas higiene e educação sexual da infância nacional contribuiriam, conforme textos publicados, com a formação integral do ‘novo cidadão’ da nação brasileira. Procurava-se, assim, atrelar à formação intelectual, moral e cívica, a educação higiênica e sexual. Uma ‘nova nação’ que, a partir da ótica apresentada, demandaria homens fortes, cabendo ao Estado e à família a sua formação.

A educação sexual vindo concorrer para a defesa e salvaguarda do individuo que povoa nossa terra, se acha por conseguinte perfeitamente enquadrada dentro do espírito do Estado Novo que é um Estado Forte e para cujo fortalecimento ella concorre, por fortalecer o individuo que habita o sólo de nossa patria, criando-lhe condições especiaes que lhe vão augmentar sua resistência, não só physica como moral, outorgando-lhe assim o fortalecimento integral de sua personalidade e dando-lhe a possibilidade de seu um elemento de força, dentro do Estado Forte²².

A efetiva consolidação do Estado Forte varguista dependeria da atenção dispensada pela família, pela sociedade e pelo próprio Governo a todas as esferas vinculadas ao indivíduo e, portanto, ao cidadão. A sociedade deveria estar vigilante acerca de todos os processos formativos do ‘novo cidadão’ que incidiriam diretamente sobre a configuração que se tentava imprimir sobre a Pátria brasileira.

Os ensinamentos, deste modo, deveriam levar em consideração o nacionalismo, o patriotismo, as tradições, os valores, o respeito aos heróis do passado, dentre outros aspectos, para que os fortes, úteis ao Estado, fossem educados. Neste sentido, visando combater a tibieza moral e os achaques físicos, defendia-se uma intervenção direta sobre a educação higiênico-sexual das crianças, pois, desta maneira, os objetivos estatais estadonovistas poderiam ser contemplados.

Estes processos educativos deveriam contribuir para a concretização de esquemas bem arquitetados de controle social que estavam sendo implementados pelo governo Vargas. Esquemas que visavam atingir a toda a sociedade, começando por aquela que era considerada sua

²² Ibid.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

‘*célula mater*,’ a família. Neste sentido, Michel Foucault analisou que, já no século XIX, novas formas de controle social eram utilizadas pelo Estado sobre a população.

Sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade ótima da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 300).

Assim, o Estado brasileiro, discricionário, utilizaria de mecanismos bem planejados de controle social que contariam com a introjeção social de seus princípios norteadores. A partir deste processo, a população seria controlada em todas as esferas e setores sociais. A vigilância se estenderia a todos os estágios do ciclo vital humano, desde a procriação até a velhice, passando por áreas como a família, a infância, educação e, dentre outras temáticas, a sexualidade.

A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Os meios higiênicoaducativos, desta forma, deveriam contribuir para que a gestão da população brasileira fosse alcançada. O ‘saber-poder’, neste sentido, seria utilizado como um agente regulamentador sobre a sociedade, inclusive gerindo os aspectos relativos ao âmbito biológico. O Estado, por meio da legislação editada, da propaganda e controle da imprensa, e antes disso, da cooptação dos veículos midiáticos, revelaria a necessidade de permeiar todas as esferas sociais.

Os discursos jornalísticos, imbuídos do ideário estadonovista e empenhados em sua missão educativa, não se furtaram em estabelecer as vinculações necessárias entre família, educação e infância. Ao mesmo tempo, demonstravam os ganhos que a família nacional lograria colocando em prática todos os ensinamentos divulgados nos periódicos. Ensinamentos estes que buscavam formar uma ‘nova’ sociedade a partir de uma série de intervenções governamentais de controle sobre a sociedade. Ensinamentos que atrelavam a família à missão formativa da infância, e ao mesmo tempo do ‘novo cidadão’, por meio da incorporação dos direcionamentos emanados dos órgãos estatais de propaganda.





Considerações finais

Entre os anos de 1937 e 1945, Getúlio Vargas comandou a nação brasileira a partir da Constituição outorgada em novembro de 1937. Durante este período, inúmeras estratégias de controle sobre a sociedade foram empregadas pelo governo, com vistas, de acordo com discursos difundidos, especialmente pela imprensa, na época, instaurar um “Estado Novo”. O regime ditatorial varguista foi alicerçado sobre inúmeras práticas que tinham o objetivo de manter sobre rígido controle toda a sociedade brasileira.

Este artigo procurou apresentar algumas dessas práticas a partir da perscrutação em três jornais publicados na cidade de Uberlândia/MG, entre os anos de 1937 e 1945, a saber: *A Tribuna*, *O Repórter* e *O Correio de Uberlândia*. Desta forma, os periódicos se tornaram fonte primária deste trabalho, o qual procurou reconstituir o contexto histórico que tornou possível o estabelecimento de discursos que relacionaram educação, infância e família, na consecução do novo Estado.

Assim, deve-se sublinhar a forma com que os articulistas, de certo modo, introjetaram as concepções ideológicas necessárias à sustentação do Governo Vargas. Nas páginas dos jornais, esta temática pode ser acompanhada bem de perto, com extrema riqueza de detalhes que demonstram a assimilação dos preceitos do novo governo pela imprensa uberlandense.

O empreendimento desta ‘nova sociedade’, no intuito de formar uma ‘nova cidadã’ para uma ‘nova nação’, com a verticalização em determinados aspectos, daria continuidade às práticas de intervenção social junto à família, iniciadas com a emergência do Império brasileiro. Intervenções que pretendiam incutir novos padrões de comportamento baseados em práticas higienistas que aspiravam direcionar todo o núcleo familiar às necessidades do Estado.

A família brasileira era, inexoravelmente, atrelada ao desenvolvimento do Estado, à ‘reorganização’ da sociedade e à modernização da nação. Modernização que passaria indubitavelmente, segundo preceitos estadonovistas amplamente divulgados na época, pelo ‘saneamento’ familiar.

Durante o Estado Novo, a família brasileira, que estava sob a proteção especial do Estado, seria alvo de inúmeras ações governamentais objetivando torná-la sã. Sanidade que se julgava





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

imprescindível para a formação de um ‘novo homem’. Por meio de legislações específicas, o Estado legiferou sobre vários aspectos que incidiam sobre a família, dentre eles questões relativas ao casamento e à educação.

A família foi apresentada como a ‘*célula mater*’ da sociedade cuja responsabilidade residia justamente no fato de ser caracterizada enquanto um dos principais alicerces da nação, do novo Estado. A família deveria cuidar da educação das crianças, pois, assim, estaria zelando pelos filhos da nação.

Os cuidados familiares deveriam incontestavelmente imprimir, a partir do ideário estadonovista, os preceitos higiênicopedagógicos necessários à formação dos cidadãos do futuro. A preparação para a vida estaria sob os cuidados da família, a partir do momento em que esta assumisse a incumbência de formar a infância, o que não se restringiria a um aspecto específico, mas que deveria ganhar ares de ‘integralidade’, uma vez que estava prevista a educação moral, intelectual e física.

A formação ‘integral’ da infância brasileira estava inserida no âmbito de várias outras ações norteadoras que acabariam por caracterizar a Pátria e a nação restaurada. Neste sentido, a educação foi utilizada como mais uma das estratégias de controle sobre a população brasileira. Por meio dela, esperava-se um comprometimento da família com a moldagem da infância de acordo com os direcionamentos da ‘nova sociedade’ delineada pelo novo Estado. A infância foi posta como prioridade do Estado e à família, incumbida da educação das crianças, caberia imprimir as características propugnadas pelo regime de governo.

Dentre os caracteres a serem plasmados na ‘alma informe’ da criança, nos dizeres de Porto-Carrero, ou na “cera virgem”, nas palavras do próprio Getúlio Vargas, estaria o sentimento de patriotismo. Sentimento que deveria permear a educação de todo indivíduo, inserido-o no cotidiano da Pátria como partícipe, educado, ou melhor dizendo, moldado pela família segundo os preceitos estadonovistas.

O primeiro dever do cidadão é servir a sua Pátria. Porque ha de servi-la sendo bom e justo, trabalhador e honrado, diligente e generoso. Porque ha de servi-la na Pátria pelo trabalho e pela inteligência, na guerra pela abnegação e pela renúncia, pela coragem e pelo sacrifício. Todos devem ser patriotas e todos podem sê-lo. O que trabalha e produz, o que respeita e obedece, o que ordena e é justo, o que manda e não se excede, todos eles cumprem o seu dever de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

patriotas. As pequenas renúncias, os pequenos sacrifícios de cada um avultam na segurança coletiva, ao bem estar geral, na prosperidade comum, na grandeza de uma nação²³.

As relações estabelecidas pela imprensa entre educação, infância e família permeavam as reportagens que eram constantemente publicadas pelos jornais uberlandenses. Pelas páginas dos jornais, compreendeu-se que à família era tributado um papel crucial pelo Governo Vargas, a saber, educar a infância e, sobretudo, formar patriotas. Moldando a infância, a família estaria formando os cidadãos do futuro. Educando seus filhos, a família contribuiria com a moldagem do elemento humano que alicerçaria e, ao mesmo tempo, comporia a Pátria, isto é, a *pátria-família*.

Pelos textos publicados, inúmeras temáticas puderam ser acompanhadas diariamente. Trata-se de temáticas que estavam intimamente vinculados à sustentação ideológica do regime de governo. Através das análises empreendidas sobre as matérias editadas, espera-se que a história da educação em nosso país tenha sido um pouco mais conhecida e que outros pesquisadores possam ser estimulados a empreenderem novas pesquisas, novos estudos sob outros ângulos, outras abordagens etc.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro, LTC, 2006.

CAPELATO, M. H. Imprensa, uma mercadoria política. **História e Perspectiva**, Uberlândia, n.4, p.131-139, jan./jun., 1991.

CARVALHO, C. H.; ARAÚJO, J. C. S.; GONÇALVES NETO, W. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 67-89.

_____. **República e Imprensa: as influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães**. 2. ed. ampl. e rev. Uberlândia: Edufu, 2007.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 5.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 84-106.

DUARTE, A. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA_NETO, A. (orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERLA, L. Medicina e delinquência infanto-juvenil no Brasil da Era Vargas. In: MOURA, E. B. B.; CARVALHO, C. H.; ARAÚJO, J. C. S. **A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho**. 1.ed. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 103-142.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

²³ Pátria e Patriotismo. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 27 set. 1940, ano III, n. 545, p.3.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

FOUCAULT, M. Las Meninas. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. A Governamentalidade. **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. 277-293.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Arqueologia do Saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONDRA, J. G. Higienização da infância no Brasil. In: GONDRA, J. G. (org.). **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002, p. 107-130.

_____. Filhos da sombra: os “engeitados” como problema da “Hygiene” no Brasil. In: FARIA FILHO, L. M. (org.) **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M. de. (org.) **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 519-550.

GOULART, S. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. 1.ed. São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1990.

KUJLMANN JÚNIOR, M.; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. (org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.15-33.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986.

MAGALDI, A. M. B. M. Cera a modelar ou riqueza a preservar: a infância nos debates educacionais brasileiros (anos 1920-30). In: GONDRA, J. G. (org.) **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002, p. 60-79.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. P. (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade cultural. 1. ed. Campinas: Pontes, 1993.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 137-176.

MÁXIMO, C. G. **Da ordem educacional ao progresso social**: a concepção de educação veiculada pela imprensa uberlandense (1920-1930). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, L. L. et al. (orgs.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, A. C.; GONÇALVES NETO, W. A educação escolar imperial modelada pela medicina higienista. In: **Cadernos de História da Educação**, n. 7, p.325-328, jan./dez. 2008.

SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. (org.) **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 210-230.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHELBAUER, A. R. Entre anúncios e artigos: registros do método de ensino intuitivo do jornal *A Província de São Paulo* (1875-1889). In: SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. (orgs.). **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Alínea, 2007, p.07-52.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M.; RIBEIRO, V. M. **Tempos de Capanema**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. Infância, higiene e educação. In: MOURA, E. B. B.; CARVALHO, C. H.; ARAÚJO, J. C. S. **A infância na modernidade**: entre a educação e o trabalho. 1.ed. Uberlândia: EDUFU, 2007, p.279-302 .

VELLOSO, Mônica P. Cultura e Poder Político: uma Configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia L. et al. (orgs.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 71-108.

